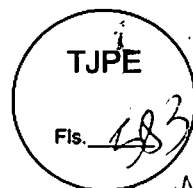




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 866-72.2014.8.17.0000
(325855-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE
EMBARGADO: GGE - GRUPO GÊNESE DE ENSINO LTDA.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. DESNECESSIDADE DE MENÇÃO EXPRESSA AOS DISPOSITIVOS LEGAIS SUSCITADOS PELA PARTE. REJEIÇÃO.

- O manejo dos embargos declaratórios, ainda que para fins de prequestionamento, pressupõe a existência de omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada.
- As teses arguidas pela Embargante foram enfrentadas de modo claro e preciso, sendo desnecessária a menção expressa ao dispositivo legal apontado pela parte. Precedentes do C. STJ.
- Não configuradas quaisquer das hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 535, do CPC, os embargos devem ser rejeitados.

A C Ó R D ã O

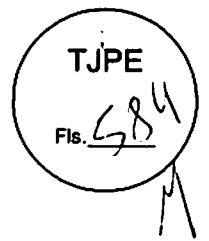
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, de conformidade com o Termo do Julgamento e o voto do Relator que, revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Sala de Sessões, em

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 866-72.2014.8.17.0000
(325855-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES
EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE
EMBARGADO: GGE - GRUPO GÊNESE DE ENSINO LTDA.

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Embargos Declaratórios opostos contra acórdão proferido por esta E. Câmara (fls. 557), o qual deu provimento ao Agravo de Instrumento para "i) reformar a decisão guerreada, determinando o regular processamento do cumprimento de sentença então manejado, sem concessão de efeito suspensivo em favor da Agravada/Embargante e ii) excluir o bem ofertado em garantia pela CELPE, devendo o juízo ser assegurado mediante penhora em dinheiro ou aplicação financeira da sobredita empresa, nos termos do art. 655-A do CPC".

Na decisão agravada (fls. 73), o julgador primevo concedeu o efeito suspensivo à impugnação ao cumprimento de sentença formulada pela ora Embargante (fls. 54/71) e aceitou o seguro garantia apresentado pela sobredita parte (fls. 75/82) para fins de segurança do juízo.

No aresto embargado (fls. 557) este Colegiado reformou tal *decisum*, asseverando i) não haver relevância na fundamentação esposada pela ora Embargante para fins de concessão do efeito suspensivo em impugnação ao cumprimento de sentença, observada a não comprovação do adimplemento da obrigação de fazer explicitada no comando judicial ali impugnado (regularização dos níveis de tensão elétrica disponibilizada ao estabelecimento do Embargado) e ii) descabimento do seguro garantia para fins de segurança do juízo, uma vez que a citada apólice não se amolda à exigência de efetividade e suficiência apta a autorizar a inobservância da ordem de penhora prevista no art. 655 do CPC.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Nos presentes aclaratórios (fls. 572/576), a Embargante suscita a necessidade de prequestionamento do art. 656, §2º do CPC¹, considerando que a sobredita norma autoriza a substituição da penhora por seguro garantia judicial, não exigindo a apresentação deste sem prazo determinado ou cuja vigência se renove automaticamente.

Assim, requer pronunciamento expresso sobre o dispositivo supracitado a fim de que seja apreciado pela instância Superior.

É o relatório, no essencial. Dispensado de inclusão em pauta, nos termos do art. 85, "d", do RITJPE.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

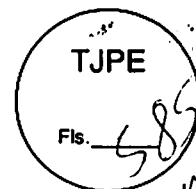
Relator

¹ Art. 656. A parte poderá requerer a substituição da penhora:

§ 2º A penhora pode ser substituída por fiança bancária ou seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante da inicial, mais 30% (trinta por cento).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 866-72.2014.8.17.0000

(325855-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES

EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

EMBARGADO: GGE - GRUPO GÊNESE DE ENSINO LTDA.

V O T O

Não obstante plenamente admitidos os Embargos de Declaração com intuito prequestionador, como na verdade pretende a Embargante, faz-se mister para tanto a existência de omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada, aptos a gerar o prequestionamento para interposição de eventuais recursos às Cortes Superiores.

Com efeito, os Recursos Especial e Extraordinário somente serão conhecidos quando as matérias neles suscitadas tiverem sido apreciadas na instância inferior, conforme predizem as Súmulas 282/STF, 356/STF e 211/STJ¹.

Entretanto, exige-se o prequestionamento das questões apresentadas ao magistrado e não dos dispositivos legais utilizados pela parte para fundamentar o seu suposto direito.

Neste sentido, colha-se a jurisprudência do C. STJ, verbis:

.....

DIREITO CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC. INDICAÇÃO GENÉRICA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. POSSIBILIDADE. LOCAÇÃO. FIANÇA. PRORROGAÇÃO LEGAL POR PRAZO INDETERMINADO. EXONERAÇÃO AUTOMÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. DISSÍDIO

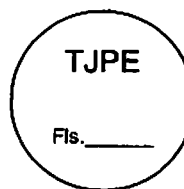
¹ Súmula. 282. É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula 356. O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Súmula 211. Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Pres. Cândido J. F. Araújo de Moraes



JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA. SÚMULA 83/STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. A indicação genérica de ofensa ao art. 535, II, do CPC, sem particularizar qual seria a suposta omissão do Tribunal de origem que teria implicado ausência de prestação jurisdicional, importa em deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF.
2. A ausência de prequestionamento explícito (ou numerário) não prejudica o exame do recurso especial quando a Corte de origem houver emitido, ainda que implicitamente, juízo de valor acerca da matéria sub judice.
3. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do EREsp 566.633/CE, firmou o entendimento de que, havendo, como no caso vertente, cláusula expressa no contrato de aluguel de que a responsabilidade do fiador perdurará até a efetiva entrega das chaves do imóvel objeto da locação, não há falar em desobrigação automática deste, ainda que o contrato tenha se prorrogado por prazo indeterminado.
4. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula 83/STJ).
5. Recurso especial conhecido e improvido. (REsp 946015/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2008, DJe 23/06/2008) (g.n)

.....

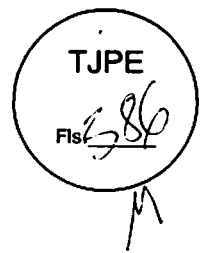
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. OFENSA AO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO CONFIGURADA. PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. DESNECESSIDADE. PENSÃO POR MORTE. LEI ESTADUAL N.º 7.551/77 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 43/02. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 6.º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL. ANÁLISE REFLEXA DA LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA N.º 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. Os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existentes no julgado, sendo certo que é desnecessário o prequestionamento explícito a fim de viabilizar o acesso a esta Corte Superior de Justiça, bastando que a matéria aduzida no recurso especial tenha sido objeto de manifestação pelo Tribunal a quo, sem que seja necessário o pronunciamento específico sobre os dispositivos legais correspondentes.
2. Para se aferir eventual violação do art. 6.º da Lei de Introdução ao Código Civil, é imprescindível o percuente exame da Lei Estadual n.º 7.551/77 e, principalmente, a análise dos efeitos da Lei Complementar Estadual n.º 43/02, norma que restringiu os direitos do beneficiário, o que é inviável na via especial, a teor do entendimento sufragado na Súmula n.º 280 do Supremo Tribunal Federal.
3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1266387/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 20/04/2010, DJe 10/05/2010) (g.n)

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Ora, no que concerne à suposta omissão referente ao disposto no art. 656, §2º do CPC², o qual autoriza a substituição da penhora pelo seguro garantia, observo que o acórdão guerreado tratou expressamente da matéria, asseverando restar descabida a segurança do juízo através da sobredita apólice, uma vez observada a precariedade da liquidez daquela, como disposto no voto, cujo trecho segue abaixo transcrito (fls. 560v/561v), verbis:

.....
Por fim, no tocante à validade do bem indicado à penhora pela Agravada, qual seja, seguro garantia (fls. 75/82) no montante de R\$ 345.800 (trezentos e quarenta e cinco mil e oitocentos reais), entendo assistir razão à Agravante.

Isto porque, embora a execução, mesmo a nível de cumprimento de sentença, deva ser feita pelo modo menos gravoso para o devedor, tal só ocorre quando por vários meios se puder promovê-la, na dicção do art. 620 do CPC, pois aquela se realiza no interesse do credor (art. 612 do CPC) de ver seu crédito integralmente satisfeito.

Lado outro, encabeçando o dinheiro o rol previsto no art. 655 do CPC, é prerrogativa processual do exequente o requerimento da penhora de dinheiro ou aplicação financeira do devedor, nos termos do art. 655-A do mesmo Código de Ritos.

(...)

No caso em tela, a apólice ofertada pela ora Agravada (fls. 75/82) possui prazo certo de vigência (término em 12.12.2014), não se renovando automaticamente, conforme cláusula 4.1 do aludido negócio; Ademais, o pagamento do seguro fica condicionado à entrega de documentos e condições estabelecidas nas cláusulas 8.1 e 8.2, dificultando ainda mais o recebimento da dívida pelo então credor.

Considerando-se o habitual tempo de tramitação do cumprimento de sentença, observa-se que a citada apólice não se amolda à exigência de efetividade e suficiência apta a autorizar a inobservância da ordem de penhora prevista no supracitado art. 655 do CPC.

Garantia limitada a prazo certo, sem previsão de renovação automática e instituidora de uma série de exigências para que o segurado/credor possa obter o ativo a ele devido não satisfaz a finalidade de assegurar o juízo, sendo temerária a aceitação do indigitado bem para fins de caução em sede de impugnação ao cumprimento de sentença, observada a precariedade de sua liquidez, a qual, repita-se, vincula-se a interregno determinado.

.....

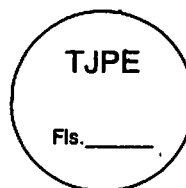
² Art. 656. A parte poderá requerer a substituição da penhora:

§ 2º A penhora pode ser substituída por fiança bancária ou seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante da inicial, mais 30% (trinta por cento).

C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes



Ressalte-se, ainda, que o citado art. 656 do CPC diz respeito à hipótese de substituição de penhora, situação diversa da ocorrida nestes autos, a qual se reporta ao oferecimento originário de garantia; Ademais, repita-se, a execução ocorre no interesse do credor, tendo este se insurgido expressamente contra a aludida garantia, o que corrobora a necessidade de afastamento do indigitado bem.

Portanto, tendo sido apreciadas, de forma clara e precisa, as teses jurídicas ventiladas pela ora Embargante, afigura-se desnecessário o prequestionamento pretendido.

Ademais, não se pode deslembrar do pacífico entendimento desta Egrégia Corte de que, ao enfrentar a questão posta a seu crivo, o Órgão Julgador não necessita analisar minuciosamente todos os aspectos suscitados pelas partes, sendo lícito levar em consideração apenas aqueles - fatos e normas - que considerar suficientes à formação de seu convencimento acerca da *quaestio juris*, senão vejamos:

.....

PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO. AUSÊNCIA DE CONFRONTO ANALÍTICO. INEXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA A SER DIRIMIDA. SITUAÇÕES DISTINTAS. NÃO PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OCORRÊNCIA.

(...)

2. Não há violação do art. 535 do Código de Processo Civil quando a decisão está clara e suficientemente fundamentada, não se podendo confundir omissão ou contradição com provimento jurisdicional contrário aos interesses da parte.

3. O órgão julgador não está obrigado a responder todas as alegações da parte, nem tampouco a refutar todos os seus argumentos, mormente quando o fundamento utilizado é suficiente para respaldar sua decisão, como, de fato, ocorreu no caso em apreço.

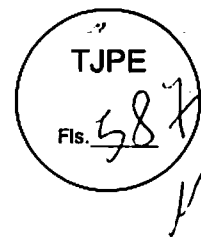
4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl nos EREsp 966.736/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, em 08/02/2012, DJe 15/02/2012) (g.n)

.....

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVOS REGIMENTAIS. INTERPOSIÇÃO ANTERIOR AO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. PRELIMINARES SUSCITADAS NAS CONTRARRAZÕES. DESNECESSIDADE DE APRECIÇÃO.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



(...)

2. É desnecessário apreciar todas as 15 (quinze) preliminares suscitadas nas contrarrazões do agravo de instrumento se a decisão verificou, desde logo, que o recurso não prosperaria.

3. No mesmo sentido, os EDcl no AgRg nos EREsp 884.621/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 04/05/2011: "O julgador, desde que fundamente suficientemente sua decisão, não está obrigado a responder todas as alegações das partes, a ater-se aos fundamentos por elas apresentados nem a rebater um a um todos os argumentos levantados, de tal sorte que a insatisfação quanto ao deslinde da causa não oportuniza a oposição de embargos de declaração".

4. Agravo regimental do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP não conhecido e agravo regimental interposto por Alfredo Sotero de Oliveira César não provido. (AgRg nos EDcl no Ag 1132391/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJe 10/11/2011) (g.n)

.....

Em verdade, os pontos suscitados pela Embargante apenas revelam sua intenção de rediscutir o mérito da demanda, o que é incompatível à natureza dos embargos declaratórios, como se observa do acórdão abaixo transcrito, com grifos nossos:

.....

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INTENÇÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. EMBARGOS REJEITADOS. 1. A função dos embargos é tão somente afastar omissão, contradição ou obscuridade, na forma do art. 535 do Código de Processo Civil. Não estando presente nenhum desses vícios, como na hipótese em exame, não há como acolher o presente recurso, haja vista não serem os declaratórios via adequada para buscar o reexame de questões sobre as quais já houve manifestação do órgão julgador. (...). (EDcl no REsp 817.979/MG, Rel. Min. DENISE ARRUDA, 1ª T., DJ 11/02/09)

.....

Isto posto, não estando configuradas quaisquer das hipóteses previstas nos incisos I e II, do art. 535 do CPC, **CONHEÇO e REJEITO OS PRESENTES EMBARGOS.**

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes - Relator